

ESPORA ENERGÉTICA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

ESPORA ENERGÉTICA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultados

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Mensagem dos diretores

No ano de 2021 a Companhia reafirmou seu compromisso com a sociedade, gerando energia para auxiliar na propulsão da economia da região onde se encontra e atender a demanda exigida no país.

Com as informações que seguem, a Companhia pretende facilitar a compreensão dos resultados do exercício de 2021 e comparativamente de 2020, apresentando os esforços empreendidos para reforçar continuamente a sua eficiência, mesmo ante as dificuldades enfrentadas ao longo do ano. Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior relevância.

Marcelo Tetsuo Shigueoka

Pedro Luis Sant'Anna

Breve histórico

Situada no Rio Corrente, no estado de Goiás, iniciou as operações em setembro de 2006, possui uma potência instalada de 32MW e fator de capacidade de 73%. É proprietária de uma linha de transmissão de 104 km.

Relacionamento com auditores independentes

A Companhia tem contratado os serviços de auditoria externa da BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES S.S., não sendo objeto do contrato quaisquer outros serviços complementares que possam sugerir conflitos de interesse.

Demonstrações contábeis

A Administração revisou e concorda com as demonstrações financeiras e também com o relatório dos auditores independentes emitido sobre as respectivas Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Sócios da
Espora Energética S.A.
Curitiba - PR

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Espora Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Espora Energética S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Espora Energética S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Espora Energética S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Espora Energética S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Espora Energética S.A.;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Espora Energética S.A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Espora Energética S.A. a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 21 de março de 2022.

ESPORA ENERGÉTICA S.A.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2021	2020		Nota explicativa	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	5	4.897	2.763	Fornecedores		435	53
Contas a receber	6	4.968	3.804	Obrigações trabalhistas		14	4
Adiantamento de fornecedores		8	2	Obrigações fiscais		336	333
Despesas do exercício seguinte		206	144	Imposto de renda e contribuição social		429	362
Outros direitos realizáveis	7	250	1.370	Obrigações com concessão	11	3.429	5.006
		10.329	8.083			4.643	5.758
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	8	109.086	111.775	Obrigações com concessão	11	6.395	5.692
Intangível	9	995	1.069	Provisão para contingência	12	408	408
		110.081	112.844			6.803	6.100
				Patrimônio líquido	13		
				Capital social		80.000	80.000
				Reservas de lucros		28.964	29.069
						108.964	109.069
Total do ativo		120.410	120.927	Total do passivo e patrimônio líquido		120.410	120.927

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ESPORA ENERGÉTICA S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2021	2020
(=) Receita operacional	14	44.768	42.510
(-) Custo da energia comercializada	15	(22.016)	(13.991)
(=) Lucro bruto		22.752	28.519
(+/-) Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(1.390)	(1.036)
Outras receitas/(despesas) operacionais			7
		(1.390)	(1.029)
(=) Lucro líquido antes das despesas e receitas financeiras		21.362	27.490
Receitas financeiras	17	202	73
Despesas financeiras	17	(866)	(635)
(=) Resultado financeiro líquido		(664)	(562)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		20.698	26.928
Imposto de Renda e Contribuição Social	18	(1.603)	(1.470)
(=) Lucro líquido do exercício		19.095	25.458

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ESPORA ENERGÉTICA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	19.095	25.458
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	19.095	25.458

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ESPORA ENERGÉTICA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros líquidos/ (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	80.000	9.460	22.650	-	112.110
Lucro líquido do exercício	-	-	-	25.458	25.458
Constituição de reserva legal	-	1.273	-	(1.273)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(6.046)	(6.046)
Dividendos adicionais	-	-	-	(22.453)	(22.453)
Retenção de lucros	-	-	(4.314)	4.314	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	80.000	10.733	18.336	-	109.069
Lucro líquido do exercício	-	-	-	19.095	19.095
Constituição de reserva legal	-	955	-	(955)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(4.535)	(4.535)
Dividendos complementares	-	-	-	(14.665)	(14.665)
Retenção de lucros	-	-	(1.060)	1.060	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	80.000	11.688	17.276	-	108.964

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ESPORA ENERGÉTICA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	19.095	25.458
Itens que não afetam o caixa operacional		
(+) Depreciação e amortização	3.809	3.784
(+) Amortização do custo sobre uso do bem público	74	57
(+) Despesa de imposto de renda e contribuição social	1.603	1.470
(+) Baixas do ativo imobilizado/investimentos	-	20
	24.581	30.789
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(-/+) Aumento líquido/(diminuição) nos contas a receber	(1.170)	324
(-/+) (Diminuição)/aumento líquido nos impostos a recuperar/pagar	1.200	-
(+/-) (Diminuição)/aumento líquido em fornecedores	382	35
(+/-) Diminuição em outras contas a receber/pagar	(936)	364
(+/-) Diminuição em impostos pagos sobre o lucro	(1.603)	(1.470)
(=) Caixa líquido das atividades operacionais	22.454	30.042
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado/intangível	(1.120)	(211)
(=) Caixa líquido das atividades de investimentos	(1.120)	(211)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(19.200)	(28.500)
(=) Caixa líquido das atividades de financiamentos	(19.200)	(28.500)
(=) Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	2.134	1.331
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.763	1.432
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.897	2.763
(=) Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	2.134	1.331

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

Espora Energética S.A. é uma sociedade anônima, de capital fechado, com Sede na Fazenda Correntão s/nº Município de Aporé (Goiás).

Tem como objetivo e finalidade a exploração de concessão de usina hidrelétrica no Rio Corrente, nos municípios de Aporé e Serranópolis, no sudoeste do Estado de Goiás, mediante sua construção, instalação e venda da energia ali produzida com autorização do poder concedente.

Situada no Rio Corrente, no estado de Goiás, iniciou as operações em setembro de 2006, possui uma potência instalada de 32MW e fator de capacidade de 73%, sendo também proprietária de uma linha de transmissão de 104 km.

O prazo de duração da Companhia é indeterminado e obteve da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, mediante Contrato de Concessão nº 13/2001-ANEEL - AHE Espora, autorização para o uso do bem público para geração de energia elétrica do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Corrente, com potência instalada mínima de 32 MW, pelo prazo de 35 anos, contados a partir de 15 de março de 2001. Conforme Resolução Autorizativa nº 6.096 de 2016 foi alterada o termo final da outorga da concessão para 18 de janeiro de 2037. Ainda conforme Resolução Homologatória Nº 2.932 de 2021, o prazo final de concessão foi postergado por 1.168 dias, finalizando em 31 de março de 2040.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 17 de março de 2022.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A empresa revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e incertezas nas premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas: Nota 8 - Imobilizado e Nota 12 - Provisão para contingências.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis estão estruturadas de acordo com as normas contábeis de uso corrente e de conformidade com as disposições vigentes na legislação societária, onde aplicável, apresentando-se de forma comparada com as do exercício anterior, inclusive, de acordo com a Lei nº 11.638/07.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em conta as seguintes e principais diretrizes:

(a) Caixas e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, não existindo restrição em sua utilização e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(c) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, é reconhecido no resultado como despesa.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável do ativo, pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. As vidas úteis e valores residuais são revisados periodicamente.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Anos
Instalações	10
Computadores e periféricos	10
Máquinas e equipamentos	5
Móveis e utensílios	10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Em relação ao exercício anterior não houve alterações nas vidas úteis e valores residuais dos ativos.

(d) Intangível

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(e) Não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são consideradas como não circulantes.

(f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera os rendimentos, os encargos e os efeitos dos índices e taxas oficiais a ou variações incidentes sobre os ativos e passivos e os efeitos dos ajustes dos ativos ao valor de realização, quando aplicável.

(g) Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial.

(h) Benefícios a empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

(i) Provisão para contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

(j) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Empresa auferir receita de intermediação através de uma plataforma digital. As receitas são reconhecidas quando cumpridas as obrigações de performance, de acordo com o CPC 47/IFRS 15.

A norma CPC 47 (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018) substituiu todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. A nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos.

De acordo com a CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Empresa espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Administração da Empresa analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e não identificou impactos significativos.

No caso da venda de produtos, as receitas continuarão sendo reconhecidas quando os produtos são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos.

A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da Empresa com os produtos

(k) Tributação

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do Lucro Real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço, eventuais estimativas recolhidas durante o exercício corrente poderão ser compensadas com futuros impostos a pagar.

A taxa de imposto de renda corrente é calculada com base em leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas durante o exercício corrente nos países onde as controladas e associadas da Empresa operam e geram lucro tributável. A Administração avalia periodicamente a legislação, que está sujeita a interpretação e estabelece disposições, se necessário, com base em montantes que deverão ser pagos às autoridades fiscais

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Empresa e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. O Grupo determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

5. Caixas e equivalentes de caixa

Os valores relativos ao caixa e equivalentes de caixa na data do balanço discriminam-se como segue:

	2021	2020
Caixa	1	1
Contas Correntes Bancárias	692	1.358
Aplicações financeiras	4.204	1.404
	<u>4.897</u>	<u>2.763</u>

6. Contas a receber

Refere-se à energia gerada e comercializada referente ao mês de dezembro de 2020. Os saldos encontram-se na faixa de a vencer até 30 dias.

	2021	2020
Cientes	4.968	3.804
	<u>4.968</u>	<u>3.804</u>

A Companhia não tem histórico de perdas por não recebimentos destes valores, motivo pelo qual não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

7. Outros direitos realizáveis

	2021	2020
Projeto de P & D	-	1.213
Crédito Tributário - IRPJ	250	157
	<u>250</u>	<u>1.370</u>

8. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação	2021	2020
Terrenos	-	8.705	-	8.705	8.705
Edificações	2,00 a 3,33%	8.355	(2.566)	5.789	5.971
Máquinas e Equipamentos	2,00 a 16,67%	147.200	(52.769)	94.431	96.913
Móveis e Utensílios	6,25 a 16,67%	107	(67)	40	42
Veículos	14,29%	383	(262)	121	144
		<u>164.750</u>	<u>(55.664)</u>	<u>109.086</u>	<u>111.775</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

A movimentação do imobilizado ocorreu conforme segue:

Movimentação	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021	8.705	5.971	96.913	42	144	111.775
Adições	-	-	1.117	3	-	1.120
Depreciação	-	(182)	(3.599)	(5)	(23)	(3.809)
Saldos 31 de dezembro de 2021	<u>8.705</u>	<u>5.789</u>	<u>94.431</u>	<u>40</u>	<u>121</u>	<u>109.086</u>

9. Intangível

Ativo intangível relativo ao direito de uso do bem público - UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado pelo pagamento (Nota Explicativa nº 11).

	2021	2020
Direitos de Uso do Bem Público - UBP	<u>995</u>	<u>1.069</u>
	<u>995</u>	<u>1.069</u>

10. Partes relacionadas

A Companhia tem como acionista majoritário a J. Malucelli Energia S/A com 55,00% de participação do seu capital social e os acionistas CMSA Participações S/A com 25%, Planex Engenharia Ltda. com 12,50%, Lar Participações Ltda com 5,00% e Mora Participações Ltda com 2,50% de participação do seu capital social.

(a) Remuneração da Administração

Em 2021 não houve valor pago a título de remuneração à Administração (pró-labore). A Companhia não concede ao pessoal chave da Administração, benefícios com características de longo prazo.

11. Obrigações com concessão

As outras obrigações compõe-se como segue:

	2021	2020
Uso do Bem Público (a)	6.452	5.499
Pesquisa e Desenvolvimento (b)	304	2.019
APP - Área de Preservação Permanente (c)	3.068	3.180
Totais	<u>9.824</u>	<u>10.698</u>
Circulante	3.429	5.006
Não circulante	6.395	5.692
	<u>9.823</u>	<u>10.698</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

- (a) Referem-se aos encargos de outorga de concessão pela utilização do bem público - UBP incorridos a partir do início de operação do empreendimento até a data final da concessão, sendo a contrapartida do valor registrada no ativo intangível, conforme Nota Explicativa nº 09. A atualização do passivo está sendo registrado no grupo de outras despesas no resultado;
- (b) Valores a pagar aos institutos de pesquisas referentes aos gastos incorridos no desenvolvimento de pesquisas e análise de projetos;
- (c) Valores provisionados de APP (Área de Preservação Permanente) referente programação de desembolso para o plantio na área de preservação permanente no reservatório (método muvuca) conforme Código Florestal (Lei nº 12.651 /2012).

12. Provisão para contingências

A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2021	2020
Provisão de Custos de Recuperação Ambiental	285	285
Ações de Natureza Indenizatória	123	123
	<u>408</u>	<u>408</u>

(i) Provisão de custos de recuperação ambiental

Em decorrência do rompimento de barragem ocorrido no dia 30 de janeiro de 2008, a Companhia foi e está sendo requerida em diversas ações judiciais, sendo que algumas destas foram liquidadas. A provisão visa atender às prováveis necessidades de complementação de pagamentos, com base em relatório de acompanhamento dos processos, emitido pelos assessores jurídicos.

Em decorrência do sinistro, a Companhia firmou um Termo de Compromisso Ambiental (TCA) tendo como objeto a recuperação de áreas afetadas/danificadas e também a compensação dos danos causados à ictiofauna do Rio Corrente. Para tanto foi firmado projeto executivo de recuperação das áreas degradadas à jusante do barramento da usina, cujos custos estimados residuais montam o valor de R\$ 2.695. Deste montante, a Companhia já liquidou R\$ 2.410, restando ainda o montante de R\$ 285 em aberto em 31 de dezembro de 2021.

O incidente gerou dois autos de infração contra a Companhia, no montante total de R\$ 11,6 milhões, já com decisão condenatória definitiva. Em decorrência do TCA, a Companhia reduziu e liquidou a multa imposta pela Secretaria do Meio Ambiente em 90%.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Ocorrendo a inexecução total ou parcial das obrigações previstas no TCA, a Companhia sujeita-se à perda no benefício de redução da multa, sendo esta cobrada de forma proporcional ao dano não reparado.

(ii) Contingências passivas - perdas possíveis

Existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ 3.579 mil em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 3.579 mil em 2020) para as quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis não requerem sua contabilização.

13. Patrimônio líquido

(a) Capital social

A Companhia possui capital social autorizado de R\$ 100.000 (R\$ 100.000 em 2020), dividido em 200.000 ações ordinárias (200.000 em 2020), todas elas nominativas e sem valor nominal, estando integralizado em R\$ 80.000 em 2020 (R\$ 80.000 em 2020).

(b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos ficará condicionada aos limites fixados pela Lei nº 6.404/76 e demais dispositivos legais atinentes à matéria, quanto à periodicidade de sua distribuição, sendo que o dividendo será de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei.

A Companhia distribuiu dividendos no montante de R\$ 19.200 (R\$ 28.499 em 2020), sendo R\$ 4.535 relativos a dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício de 2021 e R\$ 14.665 de dividendos complementares relativos a 2021 e R\$ 1.060 relativos a dividendos de exercícios anteriores. Os dividendos mínimos foram calculados conforme segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	19.095	25.458
(-) Reserva legal (5%)	(955)	(1.273)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	18.140	24.186
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	4.535	6.046

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

(c) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, podendo ser utilizada na absorção de prejuízos acumulados.

(d) Destinação do lucro

De acordo com o Estatuto da Companhia, do lucro remanescente após as deduções e constituições de reservas, será destinado valor necessário para o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios das ações ordinárias de 25% (vinte e cinco por cento), ajustados nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

14. Receita operacional líquida

A seguir segue a reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado:

	2021	2020
Contratos venda energia	45.191	43.350
Energia comercializada com a CCEE	883	117
Outras receitas	838	1.081
Impostos e contribuições	(2.144)	(2.038)
	<u>44.768</u>	<u>42.510</u>

15. Custo da energia comercializada

O custo das vendas compõe-se, basicamente, pelas seguintes rubricas:

	2021	2020
Energia elétrica comprada para revenda	(8.244)	(2.706)
Encargos de transmissão	(1.971)	(1.426)
Depreciação	(3.809)	(3.765)
Serviços de terceiros	(4.094)	(3.325)
Gastos utilização recursos híbridos	(1.018)	(1.262)
Pessoal	(623)	(39)
Material	(1.807)	(435)
Outros custos	(450)	(1.033)
	<u>(22.016)</u>	<u>(13.991)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

16. Despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas discriminam-se conforme segue:

	2021	2020
Serviços de terceiros	(1.164)	(784)
Despesas com pessoal	-	(37)
Despesas gerais e administrativas	(223)	(206)
Despesas tributárias	(3)	(2)
	<u>(1.390)</u>	<u>(1.029)</u>

17. Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro discrimina-se como segue:

	2021	2020
Variações monetárias	(842)	(518)
Receitas com aplicação financeiras	202	61
Outras	(24)	(105)
	<u>(664)</u>	<u>(562)</u>

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social da Companhia são apurados pelo regime do lucro presumido, conforme o previsto na Lei nº 10.637 de 2002, artigo 46, com períodos de apuração trimestrais. O imposto de renda e contribuição social correntes estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Apuração lucro presumido		
Receita bruta sujeita a alíquota de presunção	47.618	43.791
Receita bruta sujeita a alíquota de presunção de 32%		
Prest. Serviço	838	1.081
Outras receitas sujeitas a alíquota integral	203	80
Base de cálculo imposto de renda	4.280	3.930
Base de cálculo contribuição social	5714	5.255
Imposto de renda (alíquota 15%)	(642)	(589)
Adicional IR (alíquota 10%)	(404)	(369)
Contribuição social (alíquota 9%)	(557)	(511)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(1.603)</u>	<u>(1.470)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

19. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados discriminam-se como segue:

(a) Instrumentos financeiros por categoria

	2021	2020
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Ativos financeiros		
Caixas e equivalentes de caixa	4.897	2.763
Contas a receber	4.968	3.804
Outros	464	1.516
	<u>10.329</u>	<u>8.083</u>
	Custo amortizado	Custo amortizado
Passivos financeiros		
Fornecedores	435	53
Outras obrigações	9.824	10.698
	<u>10.259</u>	<u>10.751</u>

(b) Valor justo dos instrumentos financeiros

	2021		2020	
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa	4.897	4.897	2.763	2.763
Contas a receber	4.968	4.968	3.804	3.804
Outros	464	464	1.516	1.516
Total	<u>10.329</u>	<u>10.329</u>	<u>8.083</u>	<u>8.083</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores	435	435	53	53
Outras obrigações	9.824	9.824	10.698	10.698
Total	<u>10.259</u>	<u>10.259</u>	<u>10.751</u>	<u>10.751</u>

Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

20. Cobertura de seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas de seguros contra riscos operacionais da Companhia possuíam a seguinte composição:

Cobertura	2020
Danos materiais	261.623
Lucros cessantes	56.130
Responsabilidade civil	10.000

21. Impactos da pandemia COVID 19 nas atividades

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (“OMS”) relacionado ao novo Coronavírus (“COVID-19”), que vem afetando o Brasil e diversos países do mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar ao máximo eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios. Para o exercício, foram efetuadas diversas análises, a fim de avaliar as premissas de impairment, mensuração de instrumentos financeiros, recuperabilidade de impostos diferidos, riscos de inadimplência de clientes e liquidez da Companhia, e conclui-se que não há impactos relevantes gerados pela pandemia da COVID-19.

ESPORA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Conselho de Administração

Presidente
Conselheiro
Conselheiro
Suplente
Conselheiro
Suplente

Fernanda Forbeck de Castro Sawaia
Rodrigo Nicoletti Alves
Leonardo de Queiroz Sant'Anna
Pedro Luis Sant'Anna
Orlando Marcio Gomes Novaes
João Artur Rassi

Diretoria

Diretor Superintendente
Diretor Adm. Financeiro

Marcelo Tetsuo Shigueoka
Pedro Luis Sant'Anna

Contador

Valdecir Ferraz Machado - CRC 025.494/O-PR